

A questão dos princípios: um debate aberto

IVONE GEBARA

Introdução

Quando falamos em “direitos” ou “ética” ou mesmo “religião” costumamos com frequência utilizar a palavra “princípios” para indicar que há referências claras em nosso comportamento das quais não abrimos mão. Os princípios aparecem como faróis que norteiam nosso comportamento. Entretanto, nem sempre abrimos um espaço de reflexão e diálogo com os valores que consideramos os princípios que comandam de certa forma nossas ações. Não nos perguntamos como surgiram, quem os estabeleceu, quando e por quê.

Este breve texto tem a finalidade de abrir a reflexão sobre a utilização às vezes irrefletida de nossos “princípios” como se eles pudessem ter uma aplicabilidade em todas as situações concretas de nossa vida. Gostaria de partilhar com vocês três pontos como provocação para um diálogo: 1) a vida como princípio absoluto; 2) o direito das mulheres ao próprio corpo; 3) breve ensaio para repensar uma ética feminista

I. A vida como princípio absoluto

A vida como princípio absoluto parece ser uma afirmação evidente para a maioria das pessoas, sobretudo para aquelas que são herdeiras de uma tradição religiosa patriarcal. Com relativa facilidade se fala do respeito absoluto à vida, da dignidade da vida humana, dos direitos inalienáveis da pessoa humana e outras afirmações genéricas como se fossem afirmações de uma clareza indiscutível.

Entretanto, sabemos muito bem que diante dos acontecimentos concretos de nossa vida, nas si-

tuações em que algumas escolhas inesperadas precisam ser feitas nem sempre os princípios absolutos conseguem ajudar. A vida cotidiana em sua imprevisibilidade e diversidade revela o quanto certas situações são dificilmente redutíveis às afirmações “de princípio”. Assim por exemplo, podemos falar da vida como princípio absoluto quando estamos falando de nossos valores de maneira geral. Mas, numa situação de uma gravidez fruto de um ato de violência ou numa guerra em que se está lá ou para matar ou para morrer, a compreensão de nossos princípios exige novas interpretações. Como sabemos, as interpretações podem ser múltiplas e muitos fatores às vezes imprevisíveis contribuem para que este ou aquele comportamento seja assumido. Por isso os princípios não podem ser assumidos de forma absoluta e nem impostos de forma autoritária como se através deles pudéssemos tomar decisões mais acertadas. Os princípios podem se tornar abstrações distantes de nossas vivências concretas, distantes dos conflitos externos e internos que experimentamos.

Provavelmente algumas pessoas dirão que esta postura levaria a um relativismo ético e que então os valores absolutos, os valores indiscutíveis não teriam mais lugar. Creio que não se trata de relativismo ético, embora se deva aceitar a fragilidade de qualquer ação e decisão humanas. Trata-se a meu ver de uma conversão ao real, isto é, uma conversão às questões concretas que a vida propõe e que nem sempre temos a possibilidade de escolher. O relativismo aqui significa mais que nossas atitudes seguem a realidade das situações existenciais.

Nesse sentido a universalidade de nossos ideais de vida só tem consistência no concreto, no dia-a-dia de nossa vida. A universalidade de nossos princípios na realidade é uma linguagem que utilizamos para falar da universal aspiração humana do bem. Mas esta universalidade esbarra sempre com as diferentes culturas, os diferentes grupos sociais, as diferentes pessoas, os diferentes sexos, os diferentes problemas. A univer-

E DEUS LHE ENXUGA-
RA DOS OLHOS TODA LÁ-
GRIMA, E A MORTE
JÁ NÃO EXISTIRÁ,
JÁ NÃO HAVERÁ,
LUTO
NEM
PRANTO NEM DOR,
PORQUE AS PRIMEIRAS
COISAS PASSARAM.

Ap 21,4



sabedoria de nossas aspirações é portanto vivida no concreto de nossas possibilidades de vida.

Se assim não fosse nossos princípios poderiam se tornar opressivos, autoritários, exteriores a nós mesmas e servir para a manutenção do privilégio de minorias. Isto sem dúvida pode ser verificado em muitos acontecimentos de nossa história passada e recente. Por isso, cada vez mais precisamos estar atentas às afirmações com pretensão absoluta mesmo se estas estiverem revestidas de uma “capa” religiosa.

II. O direito das mulheres ao próprio corpo

Muitas vezes de maneira impensada, nós mulheres, buscando nossa autonomia, afirmamos como uma questão de “princípio” o direito ao nosso próprio corpo. O que significa este direito concretamente?

Não quero afirmar que não temos direito ao nosso corpo, mas a afirmação desse direito é com-

plexa e precisa ser relativizada diante das situações concretas da vida. Sem dúvida não existimos sem nosso corpo e é através dele e nele que vivemos o prazer, a alegria, o sofrimento e a dor. Por isso o princípio do direito ao meu corpo deve ser revestido com um *sim* e um *não*. Concretamente isto significa que o direito ao nosso corpo é sempre “em relação” a outros corpos. E é a “relação aos corpos” que dá a densidade ética deste princípio, isto é, que o torna válido e justo. Assim por exemplo, um aidético não pode ser dono absoluto do seu corpo, na medida em que seu desejo o leva a ter relações sexuais com outros e transmitir sua enfermidade. O corpo do outro se torna de certa maneira limite do meu corpo.

Nossa vida cotidiana de mulheres está repleta de exemplos em que é impossível viver essa realidade individual e absoluta de nosso corpo. Basta que nos lembremos da história de nosso corpo, das nossas relações de afeto, ternura, amizade, sexo. Basta que nos lembremos dos

momentos intensos de comunhão vividos e dos momentos em que experimentamos barreiras se erguendo nas nossas relações. Essa relacionabilidade de nosso corpo para além de nossa individualidade está presente também quando algumas de nós foram levadas a fazer um aborto ou a assumir certas posturas conflitivas em relação a sua própria educação.

Creio que há uma ideologia individualista e elitista subjacente a esta absolutização do corpo individual. Esta ideologia nem sempre nos permite perceber as situações pessoais a partir de um horizonte mais amplo de relações. Por isso, desde uma ética feminista, mesmo nas decisões mais pessoais que uma mulher pode fazer está presente uma espécie de relação coletiva. Sou eu que tomo a decisão, mas esta decisão é sempre situada em relação a outros corpos.

Gosto de dizer que se por um lado sou dona de meu corpo, por outro meu corpo é também meu dono. Estamos em reciprocidade de propriedade e é a partir dessa pertença mútua que sentimos nossa fragilidade, nosso limite e nossa alegria. Mas, esta reciprocidade não termina em mim. Ela se abre como condição para minha própria existência e existência dos outros corpos com os quais estou em relação. E esta condição, com toda a riqueza que ela encerra, torna sem dúvida nossas decisões mais complexas e difíceis sobretudo quando se trata de questões socialmente conflitivas.

III. Breve ensaio para repensar uma ética feminista

A tentativa de refletir sobre os princípios de forma mais crítica nos leva à necessidade de repensarmos uma ética feminista. Esta se impõe sobretudo num mundo onde as normas patriarcais não dão suficiente espaço para o exercício de nossa autonomia e de nossas escolhas de vida. Uma proposta de ética feminista é sem dúvida uma proposta a ser refletida e vivida em grupo. Isto significa que concretamente necessitamos de pequenas comunidades de amigas com as quais possamos discutir, planejar ações, soli-

darizar-nos com as/os mais necessitadas/os e conosco mesmas. Este grupo seria o lugar no qual sentimos acolhidas nos momentos mais difíceis de nossa vida. Nessa perspectiva gostaria de propor três pontos para nossa reflexão e discussão: 1) contextualização dos problemas como exigência ética; 2) diálogo em busca de respeito e consenso; 3) respeito à "solidão" da outra como valor ético.

1. Contextualização dos problemas como exigência ética

Contextualizar um problema numa perspectiva ética feminista é sem dúvida situar o problema da companheira do grupo na sua textura histórico social e pessoal. Mas significa também um esforço de escuta e um esforço pessoal de "me colocar no lugar da outra". Não somos "juízas", mas pessoas comprometidas em encontrar saídas que favoreçam uma vida digna para todas nós. Tentamos tornar o problema da "outra" meu problema. Tentamos nos aproximar da outra pessoa de tal maneira que sintamos suas dificuldades como nossas dificuldades. A contextualização dos problemas me faz perceber que nem sempre os princípios absolutos são decisivos nesta ou naquela situação, mas o diálogo, o esclarecimento mútuo, a compreensão recíproca é que se tornam o esteio para nossas decisões e vivências.

2. Diálogo em busca de respeito e consenso

A busca do respeito à situação das outras/os não é tarefa fácil. Muitas vezes identificamos o respeito com o fato de deixar a outra pessoa entregue à própria sorte. É a lógica da não intervenção individualista identificada com o respeito. Creio que numa perspectiva de construção ética coletiva deveríamos nos educar a dialogar sobre nossas questões, nossos problemas. Deveríamos talvez nos treinar na escuta e na 'opinião' sobre a situação que nos é apresentada. Isto nos prepararia pouco a pouco a assumir atitudes cada vez mais distantes do julgamento e dos dogmatismos das éticas patriarcais. E finalmente esta prática

incentivaria a nossa criatividade na busca de saídas onde um consenso democrático possa de fato ser experimentado.

3. *Respeito à solidão da outra como valor ético.*

Sabemos bem que somos seres sociais e seres de solidão. A solidão não se opõe a esta realidade comunicativa que somos, mas coloca em evidência uma dimensão importante de nossa existência. Emprego aqui o termo “solidão” no sentido de espaço interior a ser conquistado por cada pessoa humana e particularmente pelas mulheres.

A sociedade em que vivemos é atravessada pelo barulho de coisas e vozes. Ela nos educa sempre a obedecer vozes exteriores a nós e nos capacita muito pouco para escutarmos nossa própria voz, nosso corpo, nossos sentimentos, nossa ‘música’ pessoal.

Uma ética feminista exige o desenvolvimento dessa dimensão de solidão como condição para sairmos dos múltiplos processos de alienação nos quais vivemos. Isto nos ‘devolveria’ a nós mesmas, nos ‘desalienaria’. Assim estaríamos mais fortes e preparadas para não nos identificarmos com as “palavras de ordem” pronunciadas sobre nós quer pelas instituições políticas e econômicas, quer pela cultura na qual vivemos, quer pela religião que assumimos.

A dimensão ética da solidão é fonte de personalização, é fonte de admiração de minhas qua-

lidades, de minha originalidade própria e é treino para que eu saiba me orientar em certas decisões que precisam ser tomadas. A ética da solidão me prepara para conviver comigo mesma sabendo um pouco mais quem sou. Nessa perspectiva, me abre para o respeito a mim mesma e para o respeito das outras pessoas como expressões da mesma força que nos habita a todas/os.

Conclusão

Uma palavra final sobre a questão dos princípios para fechar o meu texto e abrir o diálogo entre nós. Vem à minha lembrança o prólogo do Evangelho de João nas diferentes analogias que ele inspira. No princípio era o Verbo e o Verbo é Vida e a Vida mora em nós. E nós somos o princípio e nós somos vida, e nós não somos todo o princípio e não somos toda vida. Somos o “sim” e somos o “não”, somos um começo e um fim, somos vida e morte, somos mistura misteriosa. Somos o desafio de pensar sempre de novo quem somos e quem queremos ser.

É esta dinâmica do “sim” e do “não” em nós que faz a dança da vida e nos ajuda a ser flexíveis, solidárias e misericordiosas. É esta flexibilidade amorosa a única capaz de julgar nossos princípios e nos dar forças para seguir os árduos caminhos da justiça. É finalmente com ela que abriremos espaços para uma construção ética coletiva. •